

SHA, AURELIANO, 38,2: UMA REVOLTA EM ROMA NO SÉCULO III

Maria Luiza Corassin
Universidade de São Paulo

RESUMO: Este trabalho analisa uma revolta contra a autoridade imperial em Roma, no século III, denominada pelos "Scriptores Historiae Augustae" de "monetarium bellum". Os moedeiros insurgiram-se contra Aureliano, provavelmente aliados com a aristocracia senatorial. As fontes são fragmentárias e permitem apenas levantar hipóteses sobre os motivos e a utilização política deste levante de artesãos urbanos.

Breves passagens de fontes latinas do século IV nos informam sobre um movimento de rebelião ocorrido no século III tardio. Na História Augusta encontramos:

SHA, Aurel., 38,2

"Sob Aureliano houve também uma revolta dos moedeiros instigada pelo tesoureiro Felicíssimo, que reprimiu com muita violência e dureza, sendo mortos sete mil de seus soldados."

Fuit sub Aureliano etiam monetarium bellum Felicissimo rationali auctore. Quod acerrime severissimeque compescuit, septem tamen milibus suorum militum interemptis.

Mais adiante, numa suposta carta de autoria de Aureliano:

SHA, Aurel., 38,3

"Instigados por Felicíssimo, o último dos escravos, a quem entreguei o cargo de procurador do fisco, os moedeiros mostraram espírito de rebeldia. Foram reprimidos à custa da perda de sete mil soldados."

Monetarii auctore Felicissimo, ultimo servorum, cui procurationem fisci mandaveram, rebelles spiritus extulerunt. Hi compressi sunt septem milibus lembariorum et ripariensium et castrianorum et Daciscorum interemptis.

Em Aurélio Victor, **Liber de Caesaribus** e Eutrópio, **Breviarium historiae Romanae**, autores de epítomes de História Romana, também a rebelião é mencionada:

Aur. Vic., De Caesar., 35,6

"Na cidade os moedeiros foram massacrados, os quais, instigados pelo tesoureiro Felicíssimo, após terem corroido o cunho das moedas, provocaram, por medo do castigo, uma guerra tão grave que, agrupados no monte Célio, mataram cerca de sete mil combatentes."

Neque secus intra Urbem monetae opifices deleti, qui, cum auctore Felicíssimo rationali nummariam notam corrosissent, poenae metu bellum fecerant usque eo grave uti, per Coelium montem congressi, septem fere bellatorum milia confecerint.

Eutrópio, Brev, IX, 14

"Sob seu reinado (de Aureliano) os moedeiros se rebelaram também na Cidade, após terem alterado as moedas de cobre e massacrado o tesoureiro Felicíssimo. Vencidos, Aureliano reprimiu-os com extrema crueldade; condenou à morte grande número de nobres."

Hoc imperante, etiam monetarii in Urbe rebellaverunt, vitiatis pecuniis, et Felicíssimo rationali interfecto: quos Aurelianus victos ultima crudelitate compescuit; plurimos nobiles capite damnavit.

Comparando os textos, a História Augusta parece ter combinado as outras duas fontes, sem acrescentar nenhum dado novo, utilizando diretamente Aurélio Vítor e Eutrópio (CHASTAGNOL, 1968, p.62-65).

Esta revolta dos moedeiros durante o reinado do imperador Aureliano, constitui um caso sobre o qual há muita controvérsia; o século III é obscuro sob muitos aspectos, devido à pobreza da historiografia da época. Os escassos dados remanescentes provêm de fontes tardias; baseados nestas informações fragmentárias e por vezes contraditórias, os especialistas que estudam o período tem formulado hipóteses prováveis.

C. Gatti (GATTI, 1961) afirma que a revolta dos moedeiros e o seu conluio com os senadores datariam do inverno de 270-271, data aliás também aceita por Homo (HOMO, 1904). Aureliano, durante sua primeira estada em Roma, logo após sua escolha para o trono, procurou enfrentar a situação falimentar da moeda. Impôs um antoniniano mais pesado e com título melhor que o precedente, procurando aproximá-lo da moeda emitida por Caracala, mas sem conseguir atingir tal objetivo completamente. Desde 270 Aureliano teria reduzido de doze para cinco as oficinas de cunhagem em Roma; daí um certo número de demissões entre os moedeiros, suscitando entre os remanescentes o temor de novas mudanças ainda mais graves. A política de saneamento da moeda não era bem vista pelos artesãos moedeiros que permaneciam em seus cargos, dominados pelo desejo de continuar a fraudar as emissões como até então e temerosos de seguir o mesmo destino de seus companheiros demitidos.

Também entre a classe senatorial havia profunda irritação contra o imperador. Gatti atribui esta hostilidade ao fato de que Aureliano teria retirado dos senadores o direito de emitir moedas de bronze. Homo pensa que a data desta medida poderia ser colocada após a revolta, em 271, enquanto que Gatti a antecipa para 270, tendo sido o motivo da rebeldia dos senadores, para os quais era uma questão de prestígio conservar o direito, mesmo nominal, sobre a moedagem em bronze. O conluio entre os moedeiros e a oposição senatorial aproveitou a ausência do imperador, ocupado em campanhas militares contra povos bárbaros. A derrota sofrida em Placência pelas tropas imperiais, em dezembro de 270, teria oferecido a oportunidade para Felicíssimo e seus cúmplices se revoltarem. Quanto ao fechamento temporário da casa da moeda de Roma, teria ocorrido em 271, após a revolta ter sido dominada.

As fontes indicam a existência de um levante de senadores. A História Augusta não estabelece nenhuma ligação entre os dois fatos, afirmando em SHA, **Aurel.**, 21,6 "condenou à morte muitos nobres senadores". Eutrópio, no entanto, associa a repressão contra os moedeiros com a efetuada contra os nobres (**Brev. IX**, 14). Zósimo (I, 49, 2) refere-se somente a "alguns senadores que tinham tramado contra o imperador, foram processados e condenados à morte".

Robert Turcan em seu artigo de 1969 apresenta uma interessante interpretação do texto de Aurélio Vitor, que considera o mais preciso e o único a indicar claramente qual teria sido o delito cometido pelos moedeiros: "**nummariam notam corrosissent**", ou seja, os moedeiros roubavam no peso das moedas por meio do expediente de desgastar as bordas do disco metálico. "**Corrodere**" tem o sentido preciso de corroer em torno das bordas; "**nummariam notam**" refere-se aos discos de metal amoadados que já haviam recebido o cunho (**nota**). Segundo Turcan (TURCAN, 1969), o delito era duplo: roubavam o metal, fraudando o peso das moedas e atentavam contra o caráter sacro do cunho imperial, atingindo a imagem do soberano no anverso ou o tipo no reverso. Numerosas peças que foram conservadas apresentam sinais de terem sofrido este processo. A legislação romana proibia explicitamente recortar, de qualquer modo, a moeda oficial, cujo cunho era sagrado e intocável. A passagem de Aurélio Vitor informa, portanto, que os moedeiros teriam se revoltado para escapar à pena pelo crime de "corroer" os discos das moedas.

Homo, em seu trabalho sobre Aureliano (HOMO, 1904, p.79), considerava provável que a aristocracia senatorial tivesse se envolvido com o movimento, pois controlava a cunhagem do bronze e portanto estava em contacto com o pessoal da casa da moeda.

Turcan aventa a hipótese de que o Senado em 270 cunhou peças de bronze, após a morte de Quintilo, com a efigie do **Genius Populi Romani**, tido como o inspirador das decisões da Cúria. Para obter o bronze, o Senado teria encorajado Felicíssimo e seus auxillares a fraudar sestércios já cunhados. A emissão dessas moedas seria uma forma dos senadores recusarem o reconhecimento a Aureliano, proclamado em Sírmio pelas tropas hostis ao imperador senatorial Quintilo.

Lellia Cracco Ruggini em seu trabalho sobre associações profissionais (RUGGINI, 1971), apresenta um elenco de casos de desordens e movimentos. Comentando estes textos, ela afirma que ocorreu uma instrumentalização da revolta em sentido político. A hostilidade dos moedeiros e do senado, nascida a partir da orientação monetária de Aureliano adotada desde o início de seu reinado, com a

abertura de novas casas da moeda (v. g. em Lião, Bizâncio, Sérđica, Trípoli) em detrimento das oficinas de Roma, levou à revolta.

As fontes mencionam que teria ocorrido no Célio – nas vizinhanças da casa da moeda – uma verdadeira batalha, na qual teriam perecido sete mil homens. Embora não se possa aceitar tal cifra como segura, ela indica a gravidade da situação e do número elevado dos envolvidos no movimento. Os revoltosos devem ter obtido apoio de homens ligados a eles ou aos seus *patroni* por vínculos clientelares ou econômicos. Daí a repressão ter atingido também muitos *nobiles senatores*.

Ruggini considera anômalo o caso desta rebelião da corporação de moedeiros estatizados. Dentro de um quadro geral, até a metade do século II teriam predominado violentas agitações urbanas; após essa época, juntamente com o abrandamento da legislação imperial relativa aos colégios profissionais, teria ocorrido uma mudança no comportamento destas organizações. As corporações economicamente mais importantes adotaram a partir de então a prática da suspensão do trabalho como instrumento de pressão contra os empregadores – estatais ou privados.

Na realidade, o quadro de conflitos de trabalho no âmbito urbano se apresenta muito mais complexo, não podendo ser reduzido a uma linha geral, como quer Ruggini, que insiste no uso da "greve" ou "suspensão do trabalho" como meio de luta dos artesãos antigos. É inegável a existência de enfrentamentos nas relações de trabalho no mundo romano, mas não são redutíveis a uma explicação unívoca; pelo contrário, os casos requerem um estudo individualizado de cada um deles: a motivação dos rebeldes, as lideranças, as alianças entre os grupos sociais envolvidos, as formas de repressão.

Concluindo, nesta "revolta dos moedeiros" podemos ressaltar a existência de uma aliança vertical entre a nobreza senatorial e um grupo senatorial ligado ao serviço do Estado. O descontentamento originado pela política monetária de Aureliano uniu os dois grupos contra um imperador mal visto pela nobreza em virtude de sua aclamação pelas tropas e pela sua política em benefício das camadas menos favorecidas.

RÉSUMÉ: Ce travail analyse une révolte contre l'autorité impériale à Rome, dans le III^e siècle, mentionnée comme "monetarium bellum" dans les "Scriptores Historiae Augustae". Les sources sont fragmentaires et on ne peut que faire des hypothèses sur les motifs et l'utilisation politique de ce soulèvement des artisans urbains.

BIBLIOGRAFIA

AURELIUS VICTOR. *Livre des Césars.* Trad. par Pierre Dufraigne. Paris: Les Belles Lettres, 1975.

- CHASTAGNOL, André.** L'utilization des "Caesares" d'Aurelius Victor dans l'Histoire Auguste. *Bonner Historia-Augusta Colloquium 1966/1967. Antiquitas, 4,4.* Bonn: Rudolf Habelt Verlag, 1968. p. 53-65.
- EUTROPIUS.** *Breviarium ab Urbe condita.* Leipzig: B. C. Teubner, 1979.
- GATTI, Clementina.** La politica monetaria di Aureliano. *La Parola del Passato, v. 16,* p. 93-106, 1961.
- HOMO, Léon.** *Essai sur le règne de l'empereur Aurélien (270-275).* Paris: Albert Fontemoing, 1904. BEFAR, 89.
- RUGGINI, Lellia Cracco.** Le associazioni professionali nel mondo romano-bizantino. *In: Artigianato e tecnica nella società dell'Alto Medioevo Occidentale. Settimane di Studio del Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, XVIII (2-8 aprile, 1970).* Spoleto: 1971. t.1. p. 59-193.
- SCRIPTORES.** *Historiae Augustae.* Translation by David Magie. London: William Heinemann, 1982. v.3.
- TURCAN, Robert.** Le délit des monétaires rebellés contre Aurélien. *Latomus, v. 28,* p. 948-59, 1969.
- ZOSIMO.** *Storia Nuova.* Milano: Rusconi, 1977.